

INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PORTADOR DE DIPLOMA 2026/2

PROVA DE REDAÇÃO

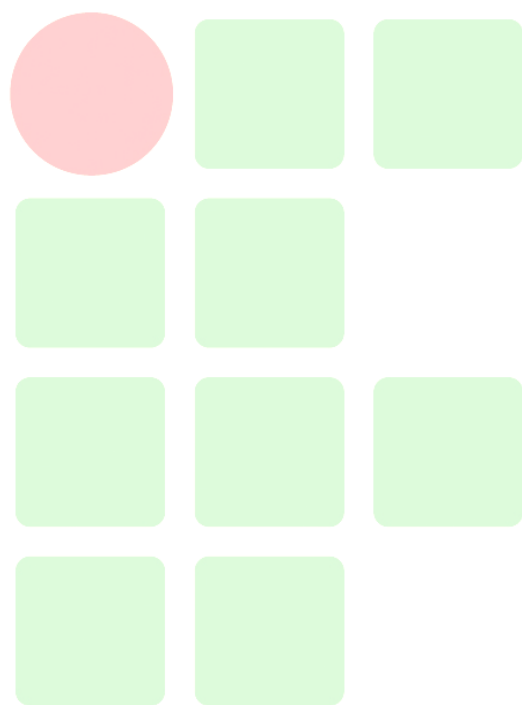
INSTRUÇÕES:

- **Só abra esse caderno após a autorização do fiscal da sala.**
- Este caderno contém o tema, a coletânea de textos para a Prova de Redação e a Folha de Rascunho da Redação. A coletânea possui textos variados que objetivam orientar o desenvolvimento do tema e da proposta escolhida. A leitura e o uso dessa coletânea são obrigatórios, entretanto você não deve copiá-la. Transcrições serão aceitas desde que estejam a serviço de seu texto e venham destacadas entre aspas.
- Para rascunho da Prova de Redação, somente utilize a Folha de Rascunho da Redação, própria para esse fim.
- Você receberá um *Caderno de Resposta da Prova de Redação* para onde deverá ser transcrita a redação. **Lembre-se de que seu *Caderno de Resposta da Redação* é nominal e insubstituível**, portanto, não faça rasuras, emendas ou dobraduras.
- Será atribuída nota ZERO se a redação fugir do tema proposto; se o candidato utilizar apenas alguma palavra ou expressão referente ao tema, mas sem a articulação de ideias que configurem o seu desenvolvimento; se o texto for considerado caótico, comprometendo o seu sentido; se o texto configurar cópia ou colagem de textos presentes na coletânea; se for escrita de forma ilegível; se for redigida em forma de verso; se for feita com lápis, grafite ou com caneta que não seja da cor azul ou preta; se o texto não tiver no mínimo 7 (sete) linhas ou ainda se constar qualquer tipo de identificação (verdadeira ou fictícia) no *Caderno de Resposta da Redação*.
- **Você não deve assinar o *Caderno de Resposta da Redação* e nem apresentar qualquer tipo de identificação, seja verdadeira ou fictícia.**
- **Você não precisa indicar no *Caderno de Resposta da Redação* a proposta escolhida.**

ATENÇÃO:

- É proibido utilizar, durante a realização das provas, qualquer aparelho eletrônico (bip, telefone celular, relógio de qualquer tipo, *walkman*, *discman*, *mp3*, *Ipod*, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos similares). Também não é permitido consultar livros, revistas, folhetos e anotações. Também não é permitido o uso de óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, capacete, boné, gorro) ou outros materiais similares. **O candidato que for surpreendido portando qualquer desses itens será eliminado do processo seletivo.**
- A duração da prova é de **2 (duas) horas**, já incluído o tempo destinado à identificação do candidato e ao preenchimento do *Caderno de Resposta da Redação*.
- Somente será permitida a saída definitiva de candidatos da sala de realização da prova, levando consigo o Caderno de Provas, depois de decorrida 1 (uma) hora.
- Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala juntos e após assinarem a ata de realização das provas.
- Não retire o grampo destas folhas. Não haverá grampeador para repará-las.

BOA PROVA!



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiás

Tema:
Desafios para a democratização do Pix: entre a modernização e a exclusão digital

TEXTO 1



Disponível em: <https://blogdoftm.com.br/chargepix-e-a-circulacao-de-dinheiro/>. Acesso em: 15 maio 2026.

TEXTO 2

Pix completa quatro anos e revoluciona o sistema financeiro brasileiro
As perspectivas do avanço do Pix e um futuro cada vez mais digital

[...]

O cotidiano é o destaque do Pix

Criado para ser simples e acessível, o Pix rapidamente se tornou um substituto de métodos como TED, DOC e até mesmo do dinheiro em espécie. Segundo um levantamento do Banco Central, o Pix superou o dinheiro como forma de pagamento no país, de forma que muitos microempreendedores passaram a utilizar o meio como alternativa ao recebimento em dinheiro vivo, permitindo maior rastreabilidade e organização financeira. O professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense (UFF), Adriano Vilela, explica.

“O principal desafio é a necessidade de estar bancarizado, ou seja, ter ao menos uma conta corrente ou poupança para o recebimento de pagamentos. É comum que muitos deles usem contas de outras pessoas. Essa abertura de conta envolve burocracias e custos, especialmente em contas para pessoas jurídicas. A digitalização ajuda na formalização, pois o registro eletrônico das vendas pode ser usado como um demonstrativo do lucro médio ao longo de um período. Com isso, ficaria mais fácil ter acesso a produtos financeiros como crédito, seguros e outros.”

Embora os benefícios sejam inegáveis, o Pix também trouxe novos desafios. Com o aumento do número de transações, cresceram as tentativas de fraudes e golpes. Em resposta, o Banco Central adotou medidas como o Mecanismo Especial de Devolução, que ajuda a ressarcir vítimas de golpes, além de limites para transações noturnas.

Outro ponto crítico é a ampliação do acesso em regiões remotas. Há áreas do Brasil onde a conectividade e o acesso à tecnologia ainda são limitados, o que impede o pleno funcionamento da ferramenta. “A necessidade do aparelho celular e o acesso à internet ainda são entraves. A primeira é menos relevante por conta da grande disseminação desses aparelhos entre a

população, mas a segunda ainda tem dificuldade de acesso em regiões remotas, pois tende a ser muito instável, o que dificulta o uso do Pix. O Banco Central do Brasil está trabalhando em um sistema no qual as transações possam ser feitas off-line, mas o lançamento está atrasado. A outra solução, claro, é facilitar o uso da internet por meios complementares de conexão, principalmente via satélite”, explica Vilela.

Disponível em: <https://www.uff.br/12-12-2024/pix-completa-quatro-anos-e-revoluciona-o-sistema-financeiro-brasileiro/>. Acesso em: 15 maio 2026. [Adaptado].

TEXTO 3



Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/415-dos-brasileiros-preferem-pagar-em-pix-do-que-em-dinheiro/>. Acesso em: 15 maio 2026.

TEXTO 4

Os fatores que impedem milhões de brasileiros de usar o Pix

Ao ouvir a pergunta "aceita Pix ?", o jardineiro Mario Ramalho responde que não trabalha com a ferramenta e dá duas opções aos clientes: pagar o valor do serviço em espécie ou depositar na conta de uma vizinha dele. Como é raro que tenham dinheiro vivo, a preferência é pela segunda modalidade. O que era para ser um pagamento instantâneo, se torna um processo mais demorado. "Pego o dinheiro com ela no dia seguinte", explica. "Meu celular é dos antigos, só serve para ligar".

Assim como Ramalho, 23,6% dos brasileiros ainda estão à margem do Pix, apesar do esforço do Banco Central (BC) para a modernização dos meios de pagamento. A funcionalidade, lançada em 2020, completou cinco anos em novembro. De acordo com uma pesquisa publicada pelo próprio BC no ano passado, a adesão na época já era de 76,4%. O objetivo da instituição é oferecer uma forma de transferência bancária gratuita, digital e instantânea – mas a facilidade ainda não chega a todos. Problemas como acesso à internet e a smartphones, além de dificuldades para usar a ferramenta são alguns dos motivos que afastam quase um quarto dos brasileiros do Pix.

Para a pesquisadora em Infraestruturas Públicas Digitais do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) Viviane Fernandes, o Pix é uma política bem-sucedida do BC, mas que precisa ser ampliada para abranger os cidadãos que ainda estão excluídos desta solução.

"É impressionante o que o Pix conseguiu fazer em termos de inclusão financeira, mas precisamos prezar pela qualidade dessa inclusão, cujo limite é quem tem como acessar o Pix. Quem tem as ferramentas e o conhecimento para isso?", indaga.

Quem são os excluídos

A pesquisa do Idec "Desafios do Pix e Gov.br: soberania, segurança e inclusão das IPDs brasileiras" elenca os grupos excluídos pela ferramenta: pessoas com pouca escolaridade, indivíduos de baixa renda, habitantes de áreas rurais ou remotas, indivíduos sem acesso à internet e pessoas com deficiência. "Esses perfis estão mais suscetíveis a enfrentar barreiras – cognitivas, técnicas, estruturais e culturais – que dificultam a adesão a meios de pagamento digitais", diz o documento.

Dados do Banco Central apontam que a adesão ao Pix é maior entre os mais jovens: 91,2% dos adultos entre 25 e 34 anos usam a ferramenta, enquanto entre os acima de 60 essa proporção cai para 43,9%. A adesão ao Pix também é maior entre os indivíduos de mais alta renda (91,7% dos que ganham acima de 10 salários mínimos, frente a 67,8% dos que ganham até dois).

No entanto, são os mais pobres que usam o Pix com mais frequência para transferir valores baixos. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que um dos motivos é que nas regiões de alta renda e maior escolaridade há mais oferta de outros meios de pagamento, como cartão de crédito, mais usado por esse público, para, por exemplo, acumular milhas.

[...]

Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/os-fatores-que-impedem-milh%C3%B5es-de-brasileiros-de-usar-o-pix/a-75344823>. Acesso em: 15 maio 2026.
[Adaptado].

TEXTO 5

Pagamento à moda antiga: ainda posso utilizar dinheiro em espécie?

Na era dos pagamentos instantâneos, do QR Code e do cartões digitais, mais de 170 milhões de brasileiros não têm acesso à internet no país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa parcela significativa da população enfrenta dificuldades para realizar o mais básico dos direitos: o de comprar. Com a recusa de alguns estabelecimentos em aceitar dinheiro vivo, histórias de exclusão e constrangimento têm aparecido.

Maria das Dores Santos, 62 anos, moradora de Ceilândia, viveu na pele essa realidade. "Entrei com minhas moedas e o atendente disse que só aceitavam pagamento por Pix ou por cartão. Quando expliquei que não sabia usar essas coisas, ele me mandou embora. Eu me senti humilhada", conta. O episódio aconteceu em uma padaria da região. Maria é alfabetizada, mas como milhões de brasileiros, encontra dificuldades para lidar com tecnologias digitais.

Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) 2024, 60% dos analfabetos funcionais têm baixo desempenho em tarefas digitais, como pagar boletos, fazer transferências ou preencher formulários on-line. No Distrito Federal, onde a taxa de analfabetismo é a menor do país (1,7%), a exclusão digital continua sendo um obstáculo. Apenas 23% dos brasilienses, entre 15 e 64 anos, têm alto nível de habilidades digitais.

Recusar pagamento em moeda corrente é proibido pelo artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que veda práticas abusivas, e pelo artigo 43 da Lei de Contravenções Penais. O comerciante pode até ter preferência por meios eletrônicos, mas não pode impor que o consumidor pague dessa forma.

Em situações excepcionais, como ameaças à segurança ou falta de troco, o estabelecimento pode adotar medidas preventivas. No entanto, isso precisa ser comunicado com antecedência e de forma clara. O desconforto com o manuseio de dinheiro não justifica a recusa do pagamento em cédulas.

O ambulante José Carlos Silveira, 58, confirma o outro lado da moeda: "Já perdi vendas por não aceitar Pix. Não tenho celular moderno e não sei mexer com essas coisas. Me sinto deixado de lado." Após passar pela situação de perder vendas, José teve que adicionar mais um funcionário, alguém que ficasse responsável por realizar as transações digitais.

Exclusão digital

O avanço da tecnologia é inevitável e, em muitos casos, positivo. O Pix, por exemplo, reduziu taxas bancárias e tornou o dinheiro mais ágil. Mas quando essa modernização é imposta, ela acaba discriminando algumas pessoas, seja por classe social, por etarismo, seja por qualquer outro preconceito existente. "Não podemos olhar só com os olhos de quem vive na capital e está

sempre on-line. É preciso ver os rincões do país, onde o celular nem sempre pega e o banco mais próximo fica a quilômetros de distância", alerta Diogo Villela Barboza, advogado especialista em direito do consumidor.

A digitalização é um caminho sem volta, mas não pode deixar ninguém para trás. Garantir o direito ao pagamento em espécie é também garantir acesso à dignidade, à cidadania e à economia. Não se trata de andar para trás, mas de andar junto. O progresso precisa ser inclusivo — ou não será progresso de verdade.

Mesmo os analfabetos digitais estão presentes no mundo das redes. De acordo com o Indicador de Alfabetismo Digital (Inaf), 86% desse grupo de brasileiros utilizam o WhatsApp, enquanto 72% são usuários do Facebook. No entanto, esses públicos podem encontrar dificuldades para discernir conteúdos e interpretar informações, além da propensão para compartilhar dados falsos ou manipulados.

Combate

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), lançou uma campanha de conscientização para lembrar que o pagamento em espécie é um direito do consumidor. A ação também busca orientar comerciantes sobre as implicações legais da recusa ao dinheiro físico. Em nota, a Senacon afirmou que "a modernização dos pagamentos não pode ser usada como justificativa para práticas discriminatórias ou excludentes".

[...]

É importante recordar que a discussão vai além do meio de pagamento. Trata-se de uma questão de cidadania e igualdade. A Constituição Federal garante a todos os brasileiros o direito à inclusão social e econômica. O futuro pode ser digital, mas precisa ser construído com pontes, e não com barreiras.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2025/05/7152593-pagamento-a-moda-antiga-ainda-posso-utilizar-dinheiro-em-especie.html>. Acesso em: 18 maio 2026. [Adaptado].

PROPOSTAS

(Você não precisa indicar no Caderno de Resposta da Redação a proposta escolhida)

PROPOSTA 1: ARTIGO DE OPINIÃO

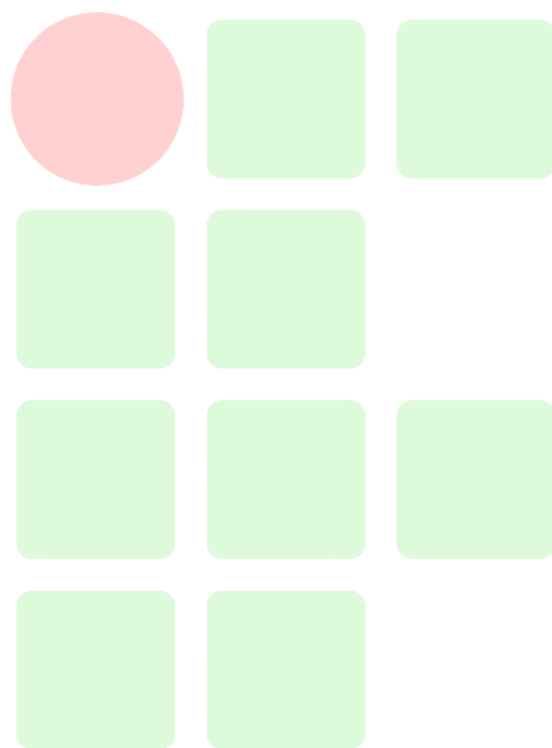
O artigo de opinião é um gênero textual cujo objetivo é convencer o leitor a aceitar uma ideia defendida pelo autor sobre uma questão polêmica. Ao escrever um artigo, o autor assume uma posição, defende-a com fatos e argumentos e dialoga com diferentes pontos de vista que circulam sobre o assunto. Sabendo disso, redija um artigo de opinião para ser publicado em uma revista de circulação nacional. Em seu texto, você deverá apresentar uma reflexão crítica sobre o tema: **DESAFIOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO PIX: ENTRE A MODERNIZAÇÃO E A EXCLUSÃO DIGITAL**. Lembre-se de que a sua argumentação deverá explorar as ideias apresentadas nos textos da coletânea. Apesar de ser um artigo de opinião, **não assine o texto**.

PROPOSTA 2: DISSERTAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema: **DESAFIOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO PIX: ENTRE A MODERNIZAÇÃO E A EXCLUSÃO DIGITAL**. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista. **Não assine o texto**.

FOLHA DE RASCUNHO DA REDAÇÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiás